

Ana Clara Torres Ribeiro
Antônio Carlos Figueira Galvão
Bertha Becker
Claudio Antônio Gonçalves Eger
Ester Limonad
Ivaldo Gonçalves de Lima
Jorge Luiz Barbosa
Leila Christina Dias
Roberto Luis de Melo Monte-Mór
Rogério Haesbaert
Ruy Moreira
Sandra Luciozi
Tânia Bacelar de Araújo

ISBN: 978-85-7785-287-1
2ª edição

A organização contemporânea do espaço no Brasil reflete o novo quadro das relações internacionais num mundo globalizado e a necessidade de novos parâmetros de análise. São abordadas nesta coletânea diversas questões candentes, relativas às possibilidades e potencialidades do desenvolvimento regional na contemporaneidade, elementos que contribuem para pensarmos um novo Brasil e repensarmos as regionalizações correntes com base nas experiências da Amazônia e do Sudeste.

Brasil Século XXI - por uma nova regionalização?
Limonad - Haesbaert - Moreira

Ester Limonad
Rogério Haesbaert
Ruy Moreira
Organizadores

Este livro e o seminário que lhe deu origem são frutos do projeto de pesquisa "Economia fluminense - desigualdade espacial e economia globalizada" por nós coordenado, financiado pelo Edital Universal do CNPq para o período de 2001-2003, e desenvolvido no âmbito do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense por nossos respectivos grupos de pesquisa GeceL (Grupo de Estudos e Pesquisa de Cidade, Espaço e Lugar), Nureg (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Regionalização) e Geret (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Reestruturação do Espaço e do Trabalho). Cabe assinalar que este seminário foi uma atividade combinada a um seminário interno, que originou o livro: Reestruturação Industrial e Espacial do Estado do Rio de Janeiro, organizado por Ruy Moreira.

Brasil Século XXI

por uma nova regionalização?

Agentes, Processos e Escalas

2ª edição

GECEL - NUREG
GERET - NEGT
POSGEO - UFF

LETRAPITAL



9 788577 852871

LETRAPITAL

LETRAPITAL

Ester Limonad
Rogério Haesbaert
Ruy Moreira

REGIONALIZAÇÃO: FATO E FERRAMENTA *

Ana Clara Torres Ribeiro

Ajustando lentes

Inicialmente procuramos definir ângulos de leitura do seminário que contemplassem o fenômeno – a regionalização – e as diferentes formas assumidas por seu questionamento durante o evento. Por outro lado, também buscamos esclarecer diretrizes analíticas da síntese aqui apresentada. Tais diretrizes encontraram abrigo na diferença entre a *regionalização como fato*, que independe da ação hegemônica do presente, e a *regionalização como ferramenta* desta ação na atual conjuntura. Convém esclarecer, ainda, que entendemos por ação hegemônica aquela conduzida pelas forças econômicas e políticas que dominam o território brasileiro, expressivas da aliança entre agentes externos e internos e condutora de numerosas e difusas ações subalternas ou subalternizadas. Na contra-face dos desígnios da ação hegemônica, temos tanto as formas de resistência, por vezes em confronto apenas com agentes secundários, como dinâmicas sociais que escapam aos mecanismos de controle que garantem a expansão da territorialidade dominante.

A regionalização como fato

O estudo da *regionalização como fato*, expressiva da gênese e da estruturação de regiões, depende da reconstrução histórica dos múltiplos processos que movimentaram e limitaram a ação hegemônica, como tão exemplarmente demonstrado por Francisco de Oliveira em *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. É exigida, neste estudo, a

* Agradecemos a Ester Limonad a atenta leitura das primeiras anotações deste texto e as valiosas contribuições recebidas para a sua revisão.

consideração do dinamismo econômico e das relações de classe na sociedade brasileira, assim como da evolução histórica do aparelho de governo. Trata-se da reflexão simultânea da estrutura espacial e da dinâmica sócio-econômica e político-jurídica da formação social brasileira. As práticas sociais, afinal, dependem das circunstâncias e das condições (materiais e imateriais) que enfrentam. Da mesma forma, estas práticas encontram limites associados à dinâmica da totalidade, em contínua e instável configuração. São os limites, intrinsecamente relacionados à técnica, que constroem fronteiras e que informam sobre a natureza dos projetos que conduziram a ação hegemônica, em seu confronto com outras ações: dos agentes que disputaram seus conteúdos ou aquelas que, tantas vezes apenas na escala do cotidiano, opuseram-se à sua (desejada ilimitada) afirmação.

Desta maneira, a *regionalização como fato* encontra-se vinculada aos jogos dinâmicos da disputa de poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território. A pesquisa desta regionalização, que depende de articulações espaço-temporais de longo curso, exige, como tantas vezes defendido por Milton Santos, o apoio metodológico da periodização (Cf Santos e Silveira, 2001; Ribeiro, 2001). Este apoio é indispensável à própria compreensão de sentidos da ação: hegemônica e de resistência e/ou autônoma. Aliás, a periodização ao mesmo tempo precede e resulta da interpretação de fatos. Ilumina, portanto, a decantação histórica das condições que possibilitam dizer da existência de homogeneidades nas relações sociais de (re)produção e na hierarquia político-espacial da sociedade brasileira.

É a longa sedimentação de processos que emerge, por exemplo, na idéia de civilização associada a determinadas produções, como demonstram a civilização do açúcar na obra de Gilberto Freyre (1937; 1946) e a civilização do milho no trabalho clássico de Antonio Cândido, *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida*. Neste estudo, aliás, são belamente reconstruídas e analisadas tanto a resistência das práticas tradicionais como a transformação que ameaça estas práticas. A tensão entre conservação e mudança / modernização manifesta-se na dissolução dos elementos culturais de modos de vida autônomos, pela intervenção dos elementos, desigualmente atuantes na área estudada, da forma dominante (urbano-industrial). Portanto, a análise de região correlata à *regionalização como fato* mobiliza interpretações que tocam, profundamente, as condições historicamente construídas da reprodução social. Com esta afirmação, desejamos, somente, valorizar remetimentos mais

amplos, culturais e históricos, da questão regional, sem que esqueçamos que a *regionalização como ferramenta* sempre sustentou a ação hegemônica. Como compreender de outra maneira a cartografia da colonização?

Regionalização como ferramenta

No livro antes citado, Francisco de Oliveira demonstra os elos existentes entre a *regionalização como fato* e a *regionalização como ferramenta*, quando esta última assume a forma-conteúdo, historicamente determinada, do planejamento conduzido pelo Estado. Ambas regionalizações produzem e expressam a questão regional e, portanto, a região como espaço herdado e como dinâmica política plena. Aliás, após a rica contribuição de Pierre Bourdieu (1989) à reflexão das regiões, sabemos que a própria homogeneidade relativa, que caracteriza a unidade analítica e prática da região, resulta de simplificações e reduções estratégicas, relacionadas à arregimentação de forças sociais e a táticas discursivas: lutas por poder e prestígio, influências científicas e difusão desigual do conhecimento técnico. A regionalização, *como fato e como ferramenta*, envolve ideologia e recursos político-administrativos.

Levantamos, neste texto, a possibilidade de que as duas faces da questão regional – a construída pela *regionalização como fato* e a que expressa a *regionalização como ferramenta* – são, em geral, desigualmente valorizadas pelos campos disciplinares e correntes de pensamento que constróem, atualmente, a problemática do território. É esta desigualdade que explica, ao nosso ver, os diferentes registros discursivos do seminário. Não se trata, apenas, de recortes temáticos mas, também, de escolhas analíticas e opções teóricas, como exemplificam os trabalhos que manifestam influências da geoeconomia, da geografia cultural ou da antropogeografia. Evidentemente, não se trata, aqui, de um exercício de classificação de textos / autores mas, de observar tendências que possam ser úteis à reflexão crítica do presente.

A difusão do denominado, por Milton Santos (1994), meio técnico-científico informacional e as recentes transformações na produção e na organização dos mercados, dependentes deste meio, expressam a presentificação (Santos, 1996), cada vez mais impositiva, tecnicamente informada e onipresente. Rompem-se as seguras fronteiras disciplinares e as barreiras espaço-temporais que protegiam os ritmos da *regionalização como fato*, sugerindo que o desenho do seminário correspondeu a uma correta opção. Como

preservar em escaninhos seguros, por exemplo, a geopolítica e a antropogeografia? Numa conjuntura marcada pela transformação da eficácia em meta política; pela mutação da cultura em mercadoria; pela imposição do agir instrumental e estratégico e pelo desvendamento contínuo de contextos de inovação, a *regionalização como ferramenta* adquire extraordinário destaque, o que explica a sua utilização pelos agentes econômicos hegemônicos, desestabilizando a estrutura espacial do país.

Porém, a relevância da *regionalização como ferramenta* depende do conhecimento da *regionalização como fato*, já que desta advém recursos essenciais tanto à vida como ao lucro. Dela, também dependem as resistências sociais à ação hegemônica, o que traz a obrigação do enfrentamento do enigma da regionalização democrática, ou seja, da socialização do direito de estabelecer fronteiras e divisões. Nesta direção, a geografia, aberta ao diálogo com outras ciências sociais, encontra-se convidada, como demonstrado no seminário, a rever algumas das suas heranças e, ainda, a contribuir nas articulações socialmente justas da *regionalização como fato* com a *regionalização como ferramenta*. É nesta direção que podemos reler, por exemplo, o livro de Bertha Becker *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*, predominantemente dedicado ao estudo dos atores políticos e agentes econômicos capazes de construir estrategicamente o território adequado à realização dos seus desígnios. Trata-se de uma obra dedicada à análise da *regionalização como ferramenta* e, em consonância com a época em que foi elaborada, de uma ferramenta retida em mãos do Estado. Já no trabalho desta coletânea, a autora registra transformações na questão regional, trazidas pela resistência social, pelo esgotamento do nacional desenvolvimentismo e pela pressão ambientalista internacional e nacional.

Nos movimentos do presente, a *região como ferramenta* é disputada pelo Estado, pelas corporações e pelos movimentos sociais, sendo também contestada nos conflitos territoriais, relacionados à afirmação, em diferentes escalas, de novos sujeitos e redes sociais, o que pode ser melhor apreendido em áreas de fronteira. Nestas áreas, a complexidade assume, por vezes, a fisionomia da questão ambiental e, como demonstra José de Souza Martins em *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*, as dimensões profundas das lutas interétnicas e entre tempos históricos. Nos confrontos entre as denominadas frente de expansão e frente pioneira, este autor reconhece os custos sociais da expansão do capitalismo no país e a destruição de tradicionais modos de vida.

Nesta obra, José de Souza Martins constrói sintonias com os dominados e excluídos e também denuncia a destruição do Outro.

Ao citar os trabalhos de Bertha Becker e José de Souza Martins, pretendemos recordar tensões discursivas, opções temáticas e desafios analíticos que foram tratados, citados ou tangenciados nos trabalhos debatidos durante o seminário. Afinal, a intenção propositiva do evento encontra-se exposta em seu título, o que possibilita a formulação das seguintes perguntas: Qual é a nova regionalização desejável? Quem a defenderá? Na busca de tratamento para estas perguntas, julgamos pertinente aproximarmos, da forma mais detalhada possível, dos trabalhos debatidos.

O fenômeno da regionalização

A noção de regionalização é nitidamente polissêmica. O termo refere-se, mais do que à efetiva existência de regiões, à capacidade de produzi-las, o que inclui o acionamento de ideologia, com apoio, por exemplo, em dados da paisagem, valores culturais compartilhados ou critérios político-científicos que legitimem fronteiras e limites. O reconhecimento de regiões fundamenta-se, como afirmado por Pierre Bourdieu (op cit), na naturalização de relações sociais, baseada em processos que ocultam diferenças e interesses. Atualmente, talvez seja justo dizer que a acirrada disputa entre agentes da regionalização dificulta a, até recentemente, segura preservação deste ocultamento. Emergem assim perguntas do tipo: Para que regionalizar? Indagação realizada por Ester Limonad** na abertura do seminário, a partir da história do planejamento. Esta pergunta também surge na contribuição de Cláudio Egler, quando valoriza as dimensões institucionais da questão regional.

É necessário salientar que a estratégica conjugação entre *regionalização como fato* e *regionalização como ferramenta*, trazida pela presentificação, envolve as seguintes mudanças, identificadas no seminário:

1. aumento da reflexividade e da influência da ação instrumental na formulação da questão regional, o que traz, como assinala Egler, mudanças significativas nos arranjos institucionais responsáveis pela regionalização;
2. intensificação dos vínculos entre território, economia e política, conforme propõe Rogério Haesbaert ao ressaltar as diferentes modalidades de territorialização da ação social.

** Na primeira citação dos autores, serão apresentados nomes completos e, a seguir, apenas o último sobrenome.

Com estes elementos, podemos dizer que, realmente, a problemática da regionalização possui duas faces, instavelmente conectadas. Na primeira, regionalizam-se atores, interesses e instituições e, na segunda, atores, interesses e instituições reconhecem, valorizam e formalizam regiões. O reconhecimento destas faces, mutuamente condicionadas, estimula o retorno à tradicional (e angustiante) questão: o que é, afinal, uma região? Qual é a mais útil e correta definição de região? Estas perguntas assombraram geógrafos, planejadores e outros cientistas sociais até o momento de sua secundarização nos estudos do território. O que explica esta secundarização? Um caminho de resposta a esta indagação é oferecido pela própria escolha temática do seminário: não mais a região e, sim, a regionalização. O que significa esta troca temática?

É impossível, nos limites deste texto, ensaiar a resposta a essa última pergunta. Podemos, no entanto, elencar alguns processos que talvez ajudem a refletir a alteração temática registrada. São eles: (1) – o atual predomínio do pensamento estratégico, do qual o chamado planejamento estratégico é uma das manifestações mais instrumentais; (2) – o nível de desnaturalização alcançado na questão regional, cujas causas encontram-se em mudanças na ação hegemônica e nas reivindicações sociais que visam o resgate de identidades culturais desvalorizadas pela modernização; (3) – a crise do planejamento territorial implementado pelo Estado, em decorrência da globalização da economia, da reestruturação produtiva e da disputa da ação planejadora por grandes agentes econômicos e agências multilaterais de desenvolvimento; (4) – os avanços na técnico-ciência, que modificam a identificação de recursos e conteúdos da inovação.

Podemos dizer, com base nos processos citados, que a região expressa a área formada pela articulação entre verticalidade (ordens, comandos) e horizontalidade (cooperação, conflitos locais, cotidiano) (Santos, 1996); entre fluxos e estrutura sócio-espacial; entre identidade / homogeneidade e a identificação, pela consciência social, do que é diferente ou oposto. A região corresponde ao extenso de uma forma social (Santos, 1986), ao corpo de relações sociedade-natureza, incluindo: organização social, cultura e decisão política. Nesta direção, Roberto Monte-Mór contribui, para a compreensão atualizada da região, ao tratar a forma sócio-espacial e articular rede urbana e região na Amazônia.

Devemos acrescentar que os termos organização, cultura e política precisam ser acompanhados de complementos que explicitem conteúdos societários da própria região e, portanto, dos

atos que a originam: empresarial, popular, étnica, progressista, regressiva, oligárquica, administrativa. A região converte-se, assim, em uma expressão espacial dos interesses e das práticas de distintos agentes e, também, da influência exercida por diferentes esferas da vida coletiva. Com esta definição (provisória) de região, cabe indagar: o que é regionalizar? Quais são os atos que permitem a regionalização progressista? Quais são as regionalizações que devem ser recusadas, por serem portadoras de destruição de modos de vida e do acesso a recursos indispensáveis à reprodução social?

Em resposta a estas últimas perguntas, parece-nos possível adiantar, mesmo que a grosso modo, que o ato regionalizador compreende a institucionalização de fronteiras e limites, com vistas à implementação de uma determinada ação: analítica, política, econômica, enfim social. Trata-se da definição do cenário, do contexto e da escala correspondentes aos objetivos da ação, implementada ou pretendida. Regionalizar envolve: espaço – tempo – ação social e, portanto, sujeitos e conflitos sociais.

O reconhecimento do tempo é, sem dúvida, indispensável à compreensão da ação, como antes dito com relação à periodização. Em defesa do tempo e do compromisso com a indissociabilidade entre forma e conteúdo, temos a contribuição de Monte-Mór, que destaca, no estudo da região, a heterogeneidade multi-temporal e as combinações sócio-espaço-temporais. Quase em consonância com este autor, Sandra Lencioni alerta-nos para os diferentes tempos nos lugares. Haesbaert, por sua vez, relaciona espaço-temporalmente presença–presente (presença aqui-espacial; presença agora-temporal), abordando o diálogo entre a cognoscibilidade do espaço e do tempo e ressaltando os ritmos territoriais. Na referência à relação espaço-tempo-ação social, o cotidiano foi valorizado por Jorge Barbosa; a relação entre território e movimento foi reconhecida por Ivaldo Lima e a relação espacial entre dinamismo e estagnação foi tratada por Limonad.

De fato, regionalizar pressupõe poder, de duas naturezas distintas: em primeiro lugar, o poder de criar e estabelecer formas espaciais. E, em segundo lugar, o poder de institucionalizar (e garantir permanência a) estas formas. Enquadram-se, aí, tanto a própria construção da região, como apresenta Egler, quanto as diferentes regionalizações que permitem a sua consolidação, como assinala Limonad.

Mas, o que é poder? Max Weber (1997) propõe, como uma das dimensões essenciais do poder, aquela que corresponde ao poder de dispor (de terras, funcionários, técnicas, recursos de

convencimento, armas). Com esta orientação, seria possível indagar: Quem detém o poder de dispor? Como se manifesta, cultural e juridicamente, este poder? A partir de Marx (1968), por sua vez, torna-se possível realizar a decomposição analítica do poder: econômico, político, religioso, militar, administrativo, cultural, social. Esta decomposição, correspondente à dinâmica histórico-concreta das classes sociais, orienta a análise de conjuntura que, por sua vez, permite apreender sentidos da ação. Desta orientação, surgem novas perguntas: Qual tipo de poder sustenta qual regionalização, ou melhor, quais normas de partição? Como a luta de classes inscreve-se na regionalização?

Lembramos que o exercício do poder, em todos os momentos da vida coletiva, pressupõe a espacialização de processos, de ações: da reprodução da família à reprodução da totalidade social. A interpretação das dinâmicas sócio-espaciais, da questão regional e das regionalizações exige análise da natureza do poder envolvido nos atos da regionalização, o que traz à tona a necessidade de resgatar o debate sobre o papel do Estado, como afirma Becker.

Em contraste com momentos anteriores da questão regional, manifestam-se, atualmente, as seguintes tendências:

- a sua radical desnaturalização – as regionalizações conduzidas pelas características topológicas, topográficas e fisiográficas cederam lugar àquelas relacionadas ao monitoramento da ação do homem;
- a sua renaturalização – a absorção da questão ambiental nos processos de regionalização implica, por vezes, na construção de consensos alimentados pela citação de determinantes naturalizados da vida social;
- a sua tecnificação – à medida em que ganham importância as redes materiais e imateriais – como assinalam Leila Dias, Lencioni, Limonad, Egler e Monte-Mór–, os atos regionalizadores alimentam-se do acesso à informação excepcional;
- a sua instrumentalização – a regionalização tem sido utilizada de forma crescentemente precisa em processos estratégicos de tomada de decisão, o que informa sobre a sua relevância na ação instrumental.
- a sua exatidão – relacionada à desnaturalização da questão regional, a exatidão significa a tecnificação do próprio ato regionalizador, o que modifica sentidos políticos da região e, também, a interação entre discurso técnico e senso comum.
- a sua matematização (logística) – a região surge, também, como sistema de movimento (Dias). Devemos ressaltar, neste ponto,

as possibilidades de controle dos fluxos oferecidas pela informática.

Os vínculos entre regionalização e ação estratégica possuem distintos significados para diferentes atores sociais, conforme explicitado a seguir.

Para o Estado, a regionalização guarda os seguintes sentidos fundamentais: (a) - a determinação da qualidade da relação mantida com agentes econômicos, incluindo as apropriações estratégicas de recursos territorializados e as articulações com forças políticas com capacidade de formular a questão regional (Becker); (b) - a determinação da relação com a sociedade, sobretudo no que concerne à distribuição espacial de investimentos, a prestação de serviços e a busca de legitimidade no exercício do poder, como estuda a geografia eleitoral (Cf Souza et al, 2002); e (c) - a determinação da relação com os atores sociais e forças políticas, o que inclui pactos associativos que sustentam o alargamento de fronteiras (ex: Mercosul) (Becker).

Para as grandes corporações, a regionalização representa: (a) - a garantia de acesso excepcional a recursos raros; (b) - a possibilidade de influenciar a atuação de governos; (c) - a criação de complementaridades indispensáveis à produção; (d) - o controle territorial que assegura investimentos e lucratividade, reduzindo a incerteza característica do mercado globalizado; (e) - o alcance de condições (únicas) de produção, mediante o uso monopolista do território. Por fim, para a ação empresarial em geral, a regionalização significa: criação de nichos de mercado e possibilidade de determinação de regras para a organização do trabalho e do consumo.

Já para os atores sociais, a regionalização representa simultaneamente: (a) - uma indispensável informação nas relações sócio-espaciais diárias, na medida em que atos cotidianos reiteram (ou questionam) a configuração espacial dos lugares. Deste ângulo, a regionalização envolve a problemática do espaço vivido (Cf Ribeil, s/d); (b) - um roteiro para a contínua (re)construção da memória, incluindo a influência exercida pelo imaginário social e os desafios de sua transgressão e (c) - uma condição estratégica na resistência à forma social dominante, na construção de alianças políticas e em lutas por recursos territorializados.

De fato, as atuais características do ato regionalizador podem ser associadas aos impulsos da hiper-modernidade, o que impõe a valorização analítica dos elos entre regionalização e racionalização das relações sociais. Por outro lado, a regionalização, no atual período histórico, envolve a permanente disputa, entre atores sociais e agentes econômicos, por recursos que permitam garantir a

preservação das fronteiras desejadas. Desta luta, resulta a redefinição das arenas e dos atores da regionalização, na medida em que crescem os confrontos entre atos regionalizadores e não apenas entre regiões (Said, 2003).

Conforme antes afirmado com base em José de Souza Martins (op. cit.), agudizam-se os conflitos entre diferentes experiências espaço-temporais, ou seja, entre territorialidades. Neste sentido, acrescentamos que a regionalização da hiper-modernidade convive com os espaços herdados de sucessivas modernizações e da pré-modernidade e, assim, com questões regionais preservadas pela memória política. Este convívio significa o confronto entre racionalidades de diferentes idades, como demonstram as territorialidades indígena e quilombola, em geral omitidas no debate político do pacto federativo. Becker oferece outro exemplo do confronto entre racionalidades ao citar a água, um recurso cuja disputa tem sido agudizada. De fato, a hiper-modernidade, portadora da racionalização extrema da vida, também faz emergir, com sua radicalidade, a lembrança de antigos caminhos da resistência; a presentificação de passados ocultos e o resgate estratégico de memórias ancestrais.

Identificando questões e resultados

Sem dúvida, os trabalhos apresentados estimulam a renovação da análise espacial. A observação dos elos entre temas e opções analíticas sugere alguns parâmetros que articulam dois ou mais textos. Apresentamos estes parâmetros a seguir, preferindo citá-los, por sua natureza metodológica, na forma de grandes perguntas:

I. Por que os estudiosos do espaço resistem à exclusiva orientação da hiper-modernidade?

A resistência à hiper-modernidade, ao avanço do capitalismo globalizado, expressa compromissos com o conhecimento do território e a valorização do espaço banal, especialmente relevante para a ação não-hegemônica (Santos, 2000). Estes compromissos envolvem o reconhecimento do complexo, assim como a oposição às forças econômicas que buscam o alisamento dos lugares, a desapropriação de bagagens culturais e a redução de diferenças identitárias.

Trata-se da resistência à matematização do mundo, encontrada em tantas partições do território conduzidas por exclusiva ênfase na economia. É contra as partições que omitem a sociedade que precisam ser valorizados a circulação e o intercâmbio. Porém, não

basta realizar o exame dos fluxos. É necessário, também, considerar as rugosidades (Santos, 1996), o peso específico das práticas sociais e a totalidade dos elementos que asseguram a reprodução da vida. Dias contribui neste sentido ao relacionar a lógica dos territórios à lógica das redes: rodoviária, bancária, financeira, de telecomunicação. Também Monte-Mór chama a atenção para a relevância da análise da modernidade no Brasil, que comporta múltiplas (re)criações de práticas tradicionais.

II. Por que a análise espacial exige a *análise do poder*?

A compreensão do poder inclui a reflexão, como tantos já afirmaram, dos micro-poderes e, ainda, dos instrumentos e mecanismos que definem, de forma instável, os limites (que são sistêmicos) da totalidade social. Nas prática de poder, encontram-se elementos imprescindíveis à análise da ação e ao estudo de homogeneidades parciais que apóiam a formulação da questão regional. Há que ser considerado, em acréscimo, que o conhecimento *just in time* do território adquire crescente relevância nas formas contemporâneas de exercício do poder. Não se trata apenas de conhecimento, mas, sobretudo, de fatores da ação estratégica. Os instrumentos do poder e as resistências sociais dependem, incisivamente, de domínio das características únicas dos lugares e de sua articulação a processos transescalares (Vainer, 2001).

Estes elementos aparecem no trabalho de Dias, quando chama a atenção para o papel do Estado na afirmação da burguesia e na configuração da sociedade de classes no Brasil. Com especial ênfase, a questão do poder também surge na contribuição de Haesbaert, quando trata os fluxos e a compressão espaço-tempo. Este autor chama a atenção para os custos sociais do desencaixe espaço-temporal, que corresponde à difusão de um emaranhado de geometrias do poder. Estes processos geram desigualdade e exclusão; complexidade crescente da mobilidade social e espacial e configurações regionais que reproduzem relações de poder profundamente desiguais.

III. Por que a reflexão do espaço envolve o enfrentamento da *problemática da escala*?

Em primeiro lugar, reconhecemos que as práticas sociais criam e expressam escalas. Em segundo, reportando-nos ao antes exposto, enfatizamos que o poder manifesta-se através de escalas e, também, da sua articulação ou transpasse (Vainer, op cit). As concretas condições das lutas por hegemonia surgem em alianças

que são simultaneamente escalares e de classe. Afinal, apenas o acesso a diferentes escalas de poder viabiliza ações que corroem outras hegemonias, enfraquecendo atores políticos e destruindo agentes econômicos. Enfim, a pesquisa da regionalização evidencia a importância da escala como método e como instrumento de poder.

Nesta direção, para Dias, a análise da fragilização de regiões históricas depende da identificação de forças econômicas e políticas e do reconhecimento dos seus interesses em diferentes escalas. Lencioni, por sua vez, enfatiza a relevância da escala na construção de conceitos (espaços metropolizados e espaços não-metropolizados). A escala ainda aparece nos textos: de Limonad, como necessária para ao estudo da divisão internacional do trabalho; Haesbaert, associada à experiência multirregional e Barbosa, quando questiona a efetiva configuração da escala mundial.

A problemática da escala comparece em quase todos os trabalhos desta coletânea. Esta presença indica que a regionalização impõe a sua observação e/ou proposição em diferentes escalas, como afirma Antonio Carlos Galvão, e, como indica Lima, a análise da articulação das escalas local e regional, à medida que não é impossível tratar o local sem relacioná-lo a outras escalas e nem refletir o regional sem observação de especificidades locais. São estas características do presente que exigem, para Limonad, a percepção da complexidade das interações sócio-espaciais. Resultam das interações entre local e regional, novas escalas territoriais de poder, como demonstram as referências realizadas por Lima e Barbosa às associações (inter) municipais, ao supra-local e às escalas insurgentes.

*IV. Por que a análise do espaço incorpora a **problemática das fronteiras**?*

Na observação do fenômeno da regionalização, é necessário valorizar, de início, o movimento das fronteiras; a movimentação nas fronteiras e a sua seletiva porosidade. Em segundo lugar, surge a necessidade de reflexão da natureza das fronteiras e do seu desenho como barreira econômica, jurídica, política, cultural e social. Dias, nesta direção, esclarece vínculos entre a relativização das fronteiras – sua desregulação e fluidez – e as redes sócio-técnicas, demonstrando ser impossível refletir o movimento da totalidade sem análise dos deslocamentos das fronteiras regionais. É este deslocamento que conduz à transformação escalar das regiões. Finalmente, há que considerar mudanças, em curso, na própria natureza das fronteiras. Ou seja, as fronteiras, conforme Haesbaert, tornam-se mais complexas, ganhando novas configurações, e, como diz Barbosa, adquirem novas qualidades. Becker e Lima também

registram a (re)construção do espaço de fronteira e sugerem a existência de limites na contínua expansão da fronteira no país.

V. Por que o estudo do território exige a análise da ação social?

A região e a regionalização aparecem, historicamente, como mediação e meio para a proposição e implementação da ação social. Como afirma Limonad, a delimitação de regiões obedece a injunções políticas, o que impede pretensões de neutralidade no ato regionalizador, em qualquer escala. Este ato, tantas vezes apresentado como somente técnico, decorre de uma ampla gama de ações e agentes, usualmente pouco (re)conhecidos.

Conforme Dias, o ato regionalizador corresponde a intuítos de mudança escalar da ação; à construção de novas unidades de ação e a alianças entre atores. Quanto aos agentes envolvidos na nova regionalização, são destacadas, nos trabalhos aqui reunidos, as intervenções do Estado; a atuação de empresas e instituições (Dias); a ação dos oligopólios (Lencioni) e a presença dos agentes da compressão espaço-tempo (Haesbaert). Galvão acrescenta, no estudo da ação, outras escalas de poder, como a representada pelos estados, afirmando a necessidade de forte articulação dos entes da federação frente aos desafios do desenvolvimento. Nesta direção, enfatiza, como também faz Becker, diferenças entre a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do governo federal, e as anteriores concepções de desenvolvimento regional.

Em direção aos vínculos entre ato regionalizador e ação social, Dias trata os elos entre rede e sujeito da ação, valorizando a análise de antigas e novas arenas. Nestas últimas, manifestam-se empresas globais, governos e, como propõe Limonad, setores dominantes locais, orientados por diretrizes instrumentais da nova regionalização (Lima). Resultam, das mudanças no ato regionalizador, novas formas espaciais (diferenciações sub-regionais), valorizadas nos textos de Becker, Egler e Lima.

Egler, ao tratar o Sudeste, reconhece o valor da análise institucional e enfatiza: os condicionantes instrumentais do desenvolvimento regional; o atual fortalecimento dos governos estaduais e os novos regionalismos. Valoriza, ainda, as diferenças sub-regionais, associadas à intensificação dos conflitos, como exemplificam a luta pela reforma agrária e o confronto entre MST e UDR. Por outro lado, Lima, no estudo da Amazônia, analisa transformações nos usos do espaço regional, ressaltando o território em movimento e a formação de redes políticas territorializadas. Trata, ainda, da constituição de arenas políticas que correspondem a pactos locais regionalmente projetados.

No que concerne aos conflitos entre agentes econômicos e sujeitos sociais, Haesbaert trata a problemática da desterritorialização; as práticas e os significados humanos do espaço; a multiterritorialização e a interação territorial. Nesta direção, Galvão enfatiza a importância do engajamento de atores sociais nas decisões territoriais e destaca o debate das contrapartidas econômicas e, sobretudo, sociais. Barbosa cita, ainda, os obstáculos ao engajamento dos atores sociais nas definições territoriais, acentuando que os obstáculos à participação política constituem um dos fundamentos essenciais da desigualdade.

VI. Por que a análise do espaço não se distancia do estudo da modernização?

No debate da modernização – do avanço do capitalismo em todas as esferas da vida social –, precisam ser consideradas as relações entre:

- a) a modernização e os conteúdos técnicos do território, nos seus vínculos com a distribuição espacial das atividades econômicas e da população, como exemplificam a metropolização do território (Lencioni) e a organização da produção. Como diz Limonad, a flexibilidade da produção conquista território. A urbanização concentrada e delimitada, da fase anterior do capitalismo, tem sido substituída por uma urbanização mais fluida, extensiva, flexível (Monte-Mór). Esta urbanização surge esgarçada, como concebe Limonad, numa escala que ultrapassa os limites das cidades. Neste mesmo sentido, Dias analisa conteúdos das redes técnicas e da modernização e Lencioni valoriza, analiticamente, a cisão territorial da produção.
- b) a modernização e a ação planejada (e planejadora). Trata-se do confronto entre princípios e práticas na configuração do espaço, que atende a determinados interesses, e da intervenção nas relações sociedade - natureza. O texto de Monte-Mór contribui nesta linha de reflexão através de análise da modernização sócio-espacial, reconhecendo suas relações com a reestruturação produtiva e características do modernismo. Também Galvão, ao abordar a modernização, faz sobressair os vínculos entre inovação, visão sistêmica de recursos e agregação de valor. Já Barbosa destaca a modernização limitada da sociedade brasileira e a falta de cidadania, enquanto Egler aborda o tema da modernização a partir da nação.
- c) a modernização e a administração – as formas atuais de organização do espaço e das atividades econômicas exigem novos modelos de gestão nas fábricas (Lencioni e Limonad) e na administração municipal e metropolitana. Egler contribui,

no exame deste tema, ao assinalar os obstáculos à difusão de inovações, enquanto Limonad alerta-nos para processos como a terceirização, que modificam a organização do trabalho.

VII. Por que a análise espacial necessita grandes investimentos nas tarefas teóricas e conceituais, que são também de método? A ideologização do presente.

Na análise da regionalização, existem difíceis tarefas teóricas, relacionadas às mediações entre fenômenos aparentemente descolados uns dos outros. Estes fenômenos integram a racionalidade e a reflexividade contemporâneas, que atualizam relações técnicas e sociais de produção. Na análise do presente, torna-se relevante o retorno à história, como demonstram Dias, Monte-Mór, Lencioni, Barbosa e Egler. Este retorno também favorece, como demonstra Limonad, a observação crítica da retórica regionalista e, como apresenta Lencioni, a reflexão do complexo fenômeno da desindustrialização.

Ganha destaque, atualmente, a problemática da produção social do espaço através do entrelaçamento, em distintas escalas, de processos de diferentes idades. Este entrelaçamento impõe a consideração dos conceitos de rede e de representação, tratados por Dias. A região ressurgiu através de novos ordenamentos dos fluxos, como Egler exemplifica ao citar os conceitos de bacia urbana x rede urbana. Nesta direção, Lencioni desenvolve a reflexão da produção social do espaço através da análise de processos complexos, tais como os que expressam a desconcentração e a descentralização industriais. Monte-Mór, por sua vez, examina o entrelaçamento de processos na urbanização extensiva e no espaço social regional. Nestes investimentos analíticos, evidencia-se a necessidade de construir reais híbridos teórico-empíricos, tais como as noções de cidade-região e território-rede (Lencioni), que buscam dar conta da nova dinâmica da expansão da mancha urbana (Egler).

VIII. Por que a reflexão do espaço exige a análise da face contemporânea do capitalismo?

Atualmente, a regionalização adquire características da ação hegemônica, ou seja, dos traços estratégicos desta ação. A nova produção mudou a escala das interações sociais, difundiu o meio técnico-científico informacional e alterou relações técnicas e sociais de produção. Também mudou conteúdos das leituras hegemônicas do território, cada vez mais instantâneas. Estas leituras têm permitido a redução dos contextos que concentram condições de

produção realmente excepcionais. Assim, ao mesmo tempo em que a produção globaliza-se, os controles da inovação e da gestão tornam-se mais precisos e seletivos. Quanto à problemática da regionalização, ganham destaque três grandes eixos orientadores da reflexão da produção social do espaço.

1. o aumento da velocidade nas trocas mercantis e nos fluxos informacionais altera a composição das alianças entre agentes econômicos e atores políticos. Estas alianças, apoiadas pela técnica, correspondem à ação hegemônica e significam, como tratado por Dias, a afirmação de novas alianças regionalizadoras, que redesenham os contornos, multiescalares e instáveis, da produção.
2. as transformações na forma dominante de produção exigem o controle da inovação e das relações entre firmas. No exame destas condições, alinham-se os trabalhos referidos aos processos produtivos e à aplicação das tecnologias de comunicação e informação (Limonad); às exigências do capital produtivo e financeiro internacional (Monte-Mór) e, ainda, à dispersão territorial correspondente à oligopolização da indústria e dos novos serviços (Lencioni).
3. na atual fase do capitalismo, o exame do ato regionalizador inclui a observação da divisão internacional do trabalho (Limonad); dos impactos da compressão global (Haesbaert); da construção da mundialidade que corresponde às necessidades das corporações (Barbosa) e, enfim, dos circuitos globalizados de valorização do capital (Galvão)

Nestas diversas abordagens de tendências do capitalismo, destacamos as relações estabelecidas, pelos textos, entre: regionalização e conquista de hegemonia no mercado mundial; regionalização e urbanização dispersa; regionalização e inovação; regionalização e transnacionalização do território; regionalização e centralização do capital; regionalização e dispersão territorial da produção.

Indicações de método

No conjunto dos trabalhos, identificamos outros desafios de método. Citamos, de início, a crise do pensamento dicotômico, que restringia o recurso à dialética. Haesbaert destaca, nesta direção, as dinâmicas abertas e inconclusas, ao mesmo tempo em que valoriza invariantes da reflexão do espaço: superfícies, pontos, linhas e malhas, nós e redes.

Em sua apreensão do mundo-mundializado, Barbosa, por outro lado, contrapõe indicadores e conceitos e, também, indicadores e

relações sociais, procurando caminhos para o pensamento crítico comprometido com a redução das desigualdades. Haesbaert, envolvido nesta busca, assinala obstáculos à representação do espaço globalizado, questionando a real amplitude da atual crise das representações espaciais. Até que ponto a crise paradigmática associa-se a uma verdadeira crise de representação?

Os trabalhos valorizam pares de conceitos que orientam a interpretação de relações entre agentes, atores e escalas. Estes pares apóiam a periodização e a escolha de objetos / temas. Porém, não constroem claras dualidades e nem correspondem a nítidos antagonismos. Expressam, com mais facilidade, a idéia de hibridação. Como considerar o espaço, sem a dimensão temporal (tempo \Leftrightarrow espaço)?; a forma, sem os processos (forma \Leftrightarrow conteúdo)? Da mesma maneira, como tratar a ação, sem desvendar as suas metas (projeto \Leftrightarrow projeção)?; os comandos da nova economia, sem a cooperação (fragmentação \Leftrightarrow integração)?; a estrutura, sem contextos (estrutura \Leftrightarrow estruturação)?; a dinâmica social, sem a superação do imediato (espaço social \Leftrightarrow espaço abstrato)?; a ação, sem determinantes estruturais? (estrutura \Leftrightarrow ação)?; as discontinuidades, sem o tratamento da totalidade (sistema \Leftrightarrow elemento)?; compressão espaço-tempo, sem a dispersão (fixos \Leftrightarrow fluxos)?

Algumas observações finais

Diversas questões relacionadas à regionalização remetem, diretamente, aos temas da agenda política. Nesta direção, destacamos a ênfase na formulação da questão espacial (Monte-Mór e Egler); nas relações sociais de produção e na dinâmica territorial do capital. Com Becker, enfatizamos, neste momento, mudanças nas relações centro-periferia e o aumento da desigualdade na escala mundial. No mesmo sentido, valorizamos, com Barbosa, os vínculos entre regionalização e ampliação da concentração da renda e da riqueza, especialmente neste período de redução do trabalho e do emprego.

Nos atuais conflitos sócio-espaciais, estão envolvidas agentes com diferentes escalas de ação, o que transforma as resistências (Monte-Mór); expressa o confronto entre lógicas / racionalidades (Dias) e esclarece a relevância da regionalização insurgente (Lima). Indubitavelmente, os conflitos estão presentes nos sentidos do urbano (Monte-Mór, Becker, Lencioni e Egler) e nas diferenças entre regiões históricas e regiões administrativas ou produtivas. Por exemplo: Quais são os rebatimentos territoriais das parcerias público-privadas? Como estas parcerias interferem na regionalização do desenvolvimento?

Perguntamos, então, se os paradigmas tradicionais da regionalização foram, de fato, superados e, também, sobre a idéia de desenvolvimento que deve conduzir as práticas de regionalização implementadas pelo Estado. Estas perguntas, apesar de excessivamente simples, precisam ser repetidas para que afirmasse a regionalização democrática e assim aconteça, no país, uma partição mais generosa e justa de recursos.

Os textos desta coletânea, dedicados, como salientam os organizadores deste livro, a espacialidades expressivas de transformações na economia – o Sudeste, onde a urbanização alcança a prática totalidade do território e conquista novos contornos, e a Amazônia, onde a urbanização gera novas formas espaciais –, demonstram ser indispensável a pesquisa multiescalar da produção e das condições de vida. É urgente o aprofundamento do exame das conseqüências da reorganização ministerial do governo brasileiro, no que concerne à organização do espaço. Como articular o enfrentamento da problemática social às mudanças territoriais trazidas pela política de integração nacional? Como tratar as dimensões regionais da nova urbanização e da política urbana?

Enfim, assinalamos que permanece aberta a questão central da escolha da unidade empírica e analítica que permita a reflexão íntegra da região \Leftrightarrow regionalização. Afinal, a seleção desta unidade determina o desvendamento ou ocultamento da dinâmica sócio-territorial. O entrelaçamento de processos, veloz e eficaz, recomenda a consideração simultânea da nova urbanização e da nova industrialização, o que aponta para carências conceituais a serem tratadas nos híbridos acima indicados. Esforços de conceituação precisam ser dirigidos, com especial insistência, à urbanização (Becker). Trata-se da manifestação de segmentações internas ao urbano: a urbanização da urbanização ou a hiperurbanização (Lencioni); a urbanização extensiva do território (Monte-Mór) e a tendência à (sub)urbanização (Limonad).

Por outro lado, os textos também sugerem a necessidade de esforços de conceituação relacionados aos fluxos dependentes das redes e sistemas técnicos. Um caminho a percorrer seria, talvez, a rigorosa distinção entre as antigas redes – canais de irrigação do território – e as redes atuais, marcadas por sua função de conduto da nova industrialização e dos comandos da economia mundializada. Estas redes viabilizam diferentes sistemas de ação (Santos, 1996), sendo necessário considerar, através dos seus usos, o teor da cooperação que efetivamente sustentam e o tipo de dinamismo territorial que provocam. Afinal, trata-se, em ambos tipos de redes, do direcionamento da dinâmica social e, assim, das energias sociais, inclusive as utópicas.

Referências bibliográficas

- BECKER, B. K. 1982. *A geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, P. 1989. "A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região". in BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa / Rio de Janeiro: DIFEL / Bertrand Brasil.
- CÂNDIDO, A. 1971. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- FREYRE, G. 1937. *Nordeste: aspectos da influência da cana de açúcar sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio.
- _____. 1946. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora José Olímpio, 5ª edição revista.
- MARTINS, J. de S. 1997. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec.
- MARX, K. 1968. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Escrita [1852].
- OLIVEIRA, F. de – 1977 – *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RIBEIL, George – s/d – "Elements pour une approche gramscienne du cadre de vie". *Espaces et Sociétés*.
- RIBEIRO, A. C. T. 2001. "Sistema, período e ação: desafios de uma herança". *Ciência Geográfica*. Ano VII, Vol.II, N°19.
- SAID, E. 2003. *Cultura e política*. org. SADER, E. São Paulo: Boitempo.
- SANTOS, C. 1986. "O conceito de extenso (ou a construção ideológica do espaço geográfico)" in SOUZA, M. A. A. de & SANTOS, M. (org) *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel.
- SANTOS, M. 1994. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec.
- _____. 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. 2001. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record.
- SOUZA, M. A. A., CATAIA, M. A., TOLEDO Junior, R. de. 2002. *Território, lugar e poder: a expressão territorial do voto no Ceará*. Sobral / Campinas: Uva / Territorial.
- VAINER, C. 2001. "As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?". *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR "Ética, planejamento e construção democrática do espaço"*, Rio de Janeiro, maio/junho.
- WEBER, M. 1997. *Economia y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 2ª ed., 11ª impressão [1922].